



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.252, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

II - para o exercício de cargo de Chefia ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Municipal, suas Autarquias ou Fundações.

§ 4º Nas hipóteses dos afastamentos previstos nos Incisos I e II, deste artigo, fica assegurada ao Servidor a gratificação de produtividade à base de 1.400 (um mil e quatrocentos) pontos a cada período de 30 (trinta) dias ou na proporção "pro rata die" caso o afastamento seja inferior ou superior a 30 (trinta) dias.

Art. 11-L O valor unitário do ponto para efeito da produtividade prevista nesta Lei será de R\$ 4,00 (quatro reais).

Art. 11-M A gratificação de produtividade será acrescida ao cálculo dos proventos de inatividade do titular dos cargos de provimento de Controlador e Auditor Interno Legislativo, na seguinte forma:

I - os proventos dos servidores efetivos referenciados no caput deste artigo que vierem a se aposentar após a vigência desta Lei, bem como as pensões devidas aos seus dependentes, serão integrados e incorporados, a título de gratificação de produtividade, pela média de pontos individualmente percebida nos 12 (doze) meses anteriores à inatividade ou falecimento, observados os limites máximos de 1400 (um mil e quatrocentos) e mínimo de 900 (novecentos) pontos;

II - os servidores efetivos que trata o caput deste artigo, bem como os seus pensionistas legais, que se aposentarem a partir da vigência desta Lei, porém antes que se completem 12 (doze) meses da sua respectiva vigência, poderão optar pela incorporação a seus proventos do resultado da divisão dos pontos alcançados até a aposentadoria ou pensão pelo número de meses em que foram obtidos.

Art. 11-N Na forma do art. 64, XI, da Lei Orgânica do Município de Viana, sobre a gratificação de produtividade acrescida aos vencimentos ou proventos do titular dos cargos de Controlador e Auditor Interno Legislativo, bem assim nas pensões devidas aos dependentes legais, não incidirão quaisquer outras vantagens, seja a que título for.

Art. 11-O Na ausência do Presidente da Câmara Municipal de Viana por ocasião do período de avaliação, será este substituído pelo Vice-Presidente e na falta deste, pelo Primeiro Secretário ou pelo Diretor Geral da Câmara.

Art. 11-P Para efeito de fixação do valor correspondente ao décimo terceiro salário e férias levar-se-á em conta a média percebida pelo servidor durante o período aquisitivo, observando-se para efeito de cálculo desta média o número de meses em que este percebeu a gratificação de produtividade.

Art. 5º Fica incluído na Lei 3.198, de 04 de janeiro de 2022, os Anexos VIII e IX integrantes da presente Lei.

Art. 6º Fica restabelecida a vigência do art. 55 da Lei 3.095, de 29 de junho de 2020, bem como do seu Anexo II, relativo às atribuições do Cargo de Consultor Jurídico, contidas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO: 241225.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.252, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Viana/ES, 31 de outubro de 2022.

WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.252, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

ANEXO I

CARGO: Coordenador de Área Área: Administrativa Responde: ao Diretor-Geral
Descrição sumária das funções do cargo: Organizar, planejar e implementar atividades administrativas e técnicas do setor em que estiver lotado, objetivando a racionalização e aprimoramento do processo de trabalho.
Descrição detalhada: I - chefiar e executar tarefas, operacionalizando projetos relacionados ao seu setor de trabalho, inclusive rotinas administrativas e/ou técnicas, responsabilizando-se pelas ações de seus subordinados e pelos resultados específicos obtidos; II - implantar normas e instrumentos para racionalização do processo de trabalho sob sua responsabilidade; III - coletar e registrar dados que possibilitem o monitoramento, a avaliação e aprimoramento do processo de trabalho sob sua responsabilidade; IV - despachar e controlar a tramitação de documentos e expedientes inerentes às atividades sob sua responsabilidade; V - conhecer a legislação vigente, atos internos, cumprindo-a e fazendo cumprir, no âmbito de sua atuação, as determinações nelas contidas; VI - zelar pela ordem e conservação do material sob sua guarda; VII - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

CARGO: Encarregado de Área Nível I Área: Administrativa Responde: ao Secretário Administrativo
Descrição sumária das funções do cargo: Organizar, planejar e implementar atividades administrativas e técnicas do setor em que estiver lotado, objetivando a racionalização e aprimoramento do processo de trabalho.
Descrição detalhada: I – auxiliar o coordenador de área, chefe de gabinete ou chefe do setor onde for lotado, prestando suporte nas rotinas administrativas e/ou técnicas, responsabilizando-se por suas ações e pelos resultados específicos obtidos; II - implantar normas e instrumentos para racionalização do processo de trabalho sob sua responsabilidade; III - coletar e registrar dados que possibilitem o monitoramento, a avaliação e aprimoramento do processo de trabalho sob sua responsabilidade; IV - despachar e controlar a tramitação de documentos e expedientes inerentes às atividades sob sua responsabilidade; V - conhecer a legislação vigente, atos internos, cumprindo-a e fazendo cumprir, no âmbito de sua atuação, as determinações nelas contidas; VI - zelar pela ordem e conservação do material sob sua guarda; VII - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

CARGO: Encarregado de Área Nível II Área: Administrativa Responde: ao Secretário Administrativo
Descrição sumária das funções do cargo: Organizar, planejar e implementar atividades administrativas e técnicas do setor em que estiver lotado, objetivando a racionalização e aprimoramento do processo de trabalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.252, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

Descrição detalhada:

I – executar as funções delegadas pelo o coordenador de área, pelo encarregado chefe, pelo chefe de gabinete ou chefe do setor onde for lotado, prestando suporte nas rotinas administrativas e/ou técnicas, responsabilizando-se por suas ações e pelos resultados específicos obtidos;

II - implantar normas e instrumentos para racionalização do processo de trabalho sob sua responsabilidade;

III - coletar e registrar dados que possibilitem o monitoramento, a avaliação e aprimoramento do processo de trabalho sob sua responsabilidade;

IV - despachar e controlar a tramitação de documentos e expedientes inerentes às atividades sob sua responsabilidade;

V - conhecer a legislação vigente, atos internos, cumprindo-a e fazendo cumprir, no âmbito de sua atuação, as determinações nelas contidas;

VI - zelar pela ordem e conservação do material sob sua guarda;

VII - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

ANEXO II

Nomenclatura do Cargo	Quantitativo	Padrão/Nível
Diretor-Geral	01	CCL-00
Secretário Administrativo	01	CCL-01
Secretário de Finanças e Contabilidade	01	CCL-01
Secretário de Recursos Humanos	01	CCL-01
Secretário de Serviços, Contratos e Compras	01	CCL-01
Secretário de Tecnologia da Informação	01	CCL-01
Secretário Legislativo	01	CCL-01
Ouvidor Geral Parlamentar	01	CCL-01
Assessor Jurídico-Legislativo	02	CCL-03
Coordenador de área	04	CCL-02
Encarregado de área nível I	11	CCL-03
Encarregado de área Nível II	09	CCL-05

ANEXO VI

FUNÇÃO: Procurador-Adjunto (FG-4) Área: Jurídico Responde à: Presidência da Câmara Municipal
Atribuições: I - coordenar as atividades de administração, desenvolvimento, planejamento e orientação no âmbito da Procuradoria; II - zelar pelo inter-relacionamento harmônico entre os Procuradores, Consultor Jurídico e Assessor Jurídico-Legislativo, bem como deles com os seus superiores e demais servidores; III - realizar a distribuição dos expedientes de conteúdo jurídico entre os diversos servidores que compõe a Procuradoria; IV - elaborar, sempre que necessários ou solicitados, relatórios das atividades da Procuradoria e Consultoria Jurídica; V - desempenhar as demais atribuições que lhe forem determinadas pelos seus superiores, relacionadas com a organização interna das atividades da Procuradoria e Consultoria Jurídica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.252, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

ANEXO VIII

Pontuação da gratificação de produtividade dos procuradores e consultores jurídicos efetivos vinculados ao setor da Procuradoria e Consultoria Jurídica.

ESPECIFICAÇÃO DA ATIVIDADE PARA FINS DE PONTUAÇÃO DE PRODUTIVIDADE	Nº DE PONTOS
Elaboração de parecer na área de licitação que envolvam: a) análise de Edital e seus anexos, oriundos de certames licitatórios e/ou; b) contratos administrativos	500
Elaboração de parecer nos casos que envolvam contratações diretas (dispensa e/ou inexigibilidade)	200
Elaboração de parecer da área legislativa ou outro procedimento correlato	500
Elaboração ou análise/revisão de minutas decretos, escrituras, projetos de lei, convênio, aditivos e similares	500
Audiência ou acompanhamento a órgão judicial ou administrativo em atos similares (como reuniões)	200
Elaboração de petições judiciais	300
Elaboração de recursos e respostas judiciais	500
Acordo Judicial	500
Participação em reuniões avulsas, em órgão colegiado, conselho ou comissão, sem remuneração	200 por reunião
Apoio jurídico às comissões permanentes/participação de reunião interna	100 por reunião
Resposta em consulta jurídica verbal ou via e-mail pelo Presidente da Câmara	100
Obs: Os casos de omissão ou de surgimento de novas formas de atividades jurídica serão supridos por interpretação analógica, mantido o número de pontos da situação paradigma	

ANEXO IX

Pontuação da gratificação de produtividade dos controladores e auditores internos legislativo

ESPECIFICAÇÃO DA ATIVIDADE PARA FINS DE PONTUAÇÃO DE PRODUTIVIDADE	Nº DE PONTOS
Verificação dos pontos relacionados ao Portal da Transparência exigidos pelas legislações vigentes, com produção de relatório	100



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.252, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022.

Monitoramento e avaliação do trabalho de forma sistemática, fazendo as devidas correções, em busca de melhorias contínuas, com apresentação dos apontamentos realizados	100
Verificação dos pontos de controle elencados na Instrução Normativa nº 68/2020 - TCEES, a fim de subsidiar as prestações de contas	100
Reuniões com os setores administrativos com o objetivo de avaliar melhorias nos processos internos	100 por reunião
Elaboração de Estudos Técnicos e Pesquisas	200
Realização de auditorias	300 por auditoria
Reuniões com os setores auditados para realizar o monitoramento das recomendações dos relatórios de auditoria estabelecidos no Plano Anual	200 por reunião
Elaboração, revisão e atualização de Instruções Normativas	300
Verificação do cumprimento das Instruções Normativas aprovadas	100
Participação mensal em Comissões, Grupos de Trabalhos, reuniões, com materialização de Ata e/ou produção de relatório com os próximos passos.	100 por reunião
Obs: Os casos de omissão ou de surgimento de novas formas de atividades serão supridos por interpretação analógica, mantido o número de pontos da situação paradigma	



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Governo



LEI Nº 3.264, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022.

LEI Nº 3.264, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022.

ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º DA
LEI 3.198, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do art. 60, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Viana a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Parágrafo Único do art. 4º da Lei 3.198, de 04 de janeiro de 2022, que passará a vigor com a seguinte redação:

Art. 4º [...]

Parágrafo Único. O titular do gabinete poderá dispor dos cargos criados nesta Lei da forma que lhe convier, respeitado o limite máximo da verba no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 2º Os efeitos das alterações promovidas por esta Lei ocorrerão no exercício financeiro subsequente à aprovação, qual seja, o exercício de 2023.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Viana/ES, 30 de dezembro de 2022.

WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana